

# PLANO ANUAL DE TRABALHO E DE CAPACITAÇÃO 2020

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO  
RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre - 2020



# PLANO ANUAL DE TRABALHO E DE CAPACITAÇÃO 2020

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO  
RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre - 2020





## 1. Apresentação

No ano de 2019, foi promovida uma reestruturação da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul (EJERS), materializada na Resolução TRE-RS n. 330/2019. Posteriormente, foi adequado o Regimento Interno da EJERS, por meio de edição da Resolução TRE-RS n. 334/2019. A partir destes marcos normativos, a EJERS ampliou seu escopo de atuação, tornando-se a unidade responsável pela educação e desenvolvimento de competências de todos os colaboradores (magistrados, servidores, requisitados, estagiários e demais colaboradores), em matéria eleitoral e demais temáticas relativas aos processos da cadeia de valor do TRE-RS.

Como decorrência, a estrutura da EJERS teve as seguintes modificações:

- a) criação do cargo de Diretor-Executivo;
- b) definição de um Conselho Consultivo;
- c) instituição da Seção de Educação Continuada (SEDUC), que se juntou às Seções já existentes: Aperfeiçoamento Jurídico e Estudos Eleitorais (SEAJE) e Programas Institucionais (SPINS).

Ainda em 2019, foi elaborado e aprovado o “Projeto Pedagógico da EJERS” (Portaria P n. 372/2020), definindo sua missão; “Promover educação inovadora no âmbito da Justiça Eleitoral, fortalecer valores democráticos e estimular a participação cidadã” e visão: “Ser reconhecida como escola judiciária eleitoral protagonista de transformação cultural”.





Suas finalidades precípua foram assim estabelecidas:

- a) promover a atualização continuada em direito;
- b) desenvolver ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matérias de interesse da Justiça Eleitoral;
- c) promover ações de educação como um processo permanente para o desenvolvimento de competências, com vistas à melhoria contínua dos serviços prestados;
- d) desenvolver ações de difusão da memória institucional e de projetos de educação para a cidadania política.

Nessa linha, em consonância com a missão, visão e finalidades da EJERS, foram propostos os seguintes objetivos estratégicos para o biênio 2019-2020:

1. enfrentar a desinformação, consolidando a credibilidade da Justiça Eleitoral;
2. esclarecer sobre voto nulo, branco e abstenção;
3. esclarecer sobre a ordem de votação;
4. divulgar a biometria e incentivar o cadastramento biométrico;
5. desenvolver o projeto político pedagógico da escola;
6. fomentar o permanente desenvolvimento de competências profissionais e gerenciais.

Do conjunto de valores do “Projeto Pedagógico”, para 2020, foram priorizadas ações que promovessem a humanização, transparência e democratização, especialmente por se tratar de ano eleitoral, momento oportuno para fortalecer a Justiça Eleitoral como instituição fundamental ao exercício da democracia no Estado de Direito.





Neste contexto e atenta às duas metas específicas que o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu para a Justiça Eleitoral em 2020, destacando que ambas envolvem ações para a educação eleitoral (1. realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral e 2. promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral), a EJERS apresenta, neste documento, o seu “Plano Anual de Trabalho e de Capacitação” para o exercício orçamentário 2020 (Resolução TSE nº 23.482/16), que contempla também o “Plano Anual de Capacitação – PAC” (Resolução TSE n. 22.572/2007 e as premissas definidas pela “Política de Educação de Desenvolvimento - PED” (Resolução TRE-RS n. 242/2013), a qual apresenta elementos que devem ser contemplados no PAC.

Na sequência, relata-se a metodologia empregada na construção deste Plano, para então apresentar as ações previstas, conforme os eixos de atuação da EJERS previstos no “Projeto Pedagógico” e os programas previstos na PED.

Convém mencionar que com o avanço da Pandemia do Covid19 e as recomendações dos órgãos de saúde, muitas ações deverão ser reformuladas para que sejam realizadas por meio de educação à distância, bem como adiadas, dentro do possível.





## 2. Metodologia

Com vistas à construção do “Plano Anual de Trabalho e de Capacitação” da EJERS para o exercício de 2020, foram vivenciadas as seguintes etapas:

- a) capacitação da equipe da Escola para elaboração do projeto pedagógico e identificação de necessidades de capacitação, no período de setembro e outubro de 2019; oportunidade em que se estabeleceram sete áreas de interesse prioritário para o Plano Educacional 2020: 1. Realização das Eleições; 2. Prestação Jurisdicional; 3. Comunicação; 4. Cidadania; 5. Governança e Gestão; 6. Aquisição de Bens e Contratações de Serviços e 7. Ações Educacionais Obrigatórias;
- b) envio de memorando aos Secretários, Assessorias da Presidência e Diretoria-Geral e ao Conselho de Representantes de Cartórios Eleitorais, para que informassem à Escola “Quais as dificuldades enfrentadas pela Instituição e quais problemas são recorrentes no desempenho dos processos de trabalho do TRE-RS?”, em dezembro de 2019. Esta etapa teve por objetivo levantar temas transversais que comporiam as demandas de capacitação estratégicas para a instituição;
- c) análise de conteúdo das respostas apresentadas, em janeiro de 2020, etapa na qual foram separados e identificados os problemas em que a oferta de capacitação poderia contribuir para a melhoria do desempenho e os problemas que não pudessem ser atendidos por capacitação foram então encaminhados à Administração.





Da análise das respostas, foram identificados sete eixos temáticos: 1. Processo Eleitoral; 2. Comunicação, 3. Segurança Institucional, 4. Contratações: planejamento e gestão de contratos, 5. Gestão e Liderança, 6. Aperfeiçoamento Jurídico-Eleitoral e 7. Cidadania e Formação de Formadores;

d) submissão ao Conselho Consultivo da EJERS de possíveis temas que poderiam ser desdobrados em ações de capacitação para atender os problemas identificados em janeiro de 2020. Os temas foram:

- Liderança e Gestão
- Business Intelligence (análise de dados para inteligência organizacional)
- Comunicação
- Pensamento estratégico e visão sistêmica
- Planejamento de contratações
- Gestão e fiscalização de contratos
- Gestão Cartorária
- Plano de Continuidade de Negócios (gestão de riscos)
- Cultura de segurança (patrimônio e informação)
- Documentos fiscais para análise de contas
- Formação continuada em Direito Eleitoral, Processo Civil e Processo Penal
- Português instrumental
- Contabilidade para não contadores e análise de balanços
- Prestação de contas partidárias
- Gestão por Processos
- Gestão da Rotina de Trabalho
- Processo Judicial Eletrônico (PJe)



e) nova consulta às unidades, em fevereiro de 2020, com intuito de identificar temas residuais e específicos de cada setor, não contemplados pelos temas transversais aprovados pelo Conselho Consultivo;

f) tabulação das informações remetidas pelas unidades, agrupando-as por tema, modalidade e período. Foi esclarecido que os temas específicos somente serão atendidos se houver disponibilidade orçamentária.

Os resultados destas etapas foram agrupados considerando: as áreas prioritárias de atuação da Escola; os programas previstos no PAC; e os eixos de atuação do “Projeto Pedagógico” da Escola. São apresentados na sequência, acompanhados da previsão de impacto orçamentário.





## 3. Proposta de ações

### 3.1. APERFEIÇOAMENTO JURÍDICO-ELEITORAL

#### 3.1.1 Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados – Módulo de Direito Eleitoral

**Data e local:** realizado entre os dias 2 a 5 de março de 2020, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Ana de Barandas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

**Carga horária:** 29 horas-aula (turno matutino e vespertino)

**Justificativa:** Resolução ENFAM nº 2/2016, a qual prevê a necessidade de as EJEs organizarem a matéria de Direito Eleitoral a ser ofertada no programa de Formação Inicial dos Magistrados Estaduais sempre que houver turmas no último quadrimestre do ano anterior às eleições ou no primeiro quadrimestre do ano eleitoral.

**Modalidade:** presencial

**Custeio:** R\$ 11.458,11



### 3.1.2 Curso Legado Jurídico das Eleições 2018 e Expectativas para as Eleições 2020

Havia a previsão de realização de duas turmas presenciais, todavia, em razão da Pandemia causada pelo Covid19 a modalidade do curso foi alterada para a realização apenas em formato EAD.

**Justificativa:** Análise crítica dos problemas enfrentados nas Eleições de 2018, com vistas a prevenir os problemas a serem enfrentados nas Eleições de 2020.

**Público-alvo:** Juízes e servidores da Justiça Eleitoral

**Modalidade:** Inicialmente prevista a modalidade presencial, porém dado o avanço da pandemia Covid19, está sendo transformada em educação a distância.

**Previsão de custeio estimado:** Havia recurso reservado para diárias e passagens, mas em sendo EAD, a instrutoria interna será retribuída mediante concessão de horas de incentivo, nos termos do art. 9º da Resolução TSE n. 23.545/2017.



### 3.1.3 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

**Justificativa:** determinação do CNJ

**Público-alvo:** servidores, juízes e colaboradores da Justiça Eleitoral

**Modalidade:** presencial (transmitida online e gravada para acervo) e EaD (gratuito da ENAP)

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 6.000,00 (contratação de palestrante, ressarcimento de despesas com deslocamento rodoviário)

### 3.1.4 Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral – Dias 27, 28 e 29 de Maio de 2021<sup>90</sup> (Curitiba/PR) (Adiado para agosto devido ao COVID-19)

**Justificativa:** promover a atualização em temas críticos que afetam a prestação jurisdicional relativa às demandas do processo eleitoral.

**Público-alvo:** Presidente, Corregedor, membros do Pleno e servidores da SJ e da SCRE

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 41.000,00 (contratação, diárias, passagens aéreas)



### 3.1.5 Ciclos de Debates Jurídico-Eleitorais

**Justificativa:** necessidade de permanente atualização em temas que afetam a prestação jurisdicional, em especial aqueles decorrentes das alterações legais.

**Público-alvo:** servidores, juízes e colaboradores da Justiça Eleitoral

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 15.000,00

### 3.1.6 Capacitação Nome Social para Juízes

**Justificativa:** recomendação do CNJ

**Previsão de custeio estimado:** elaboração de EAD sem tutoria (instrutoria interna = 6h x R\$ 273,03 = R\$ 2.293,50)

### 3.1.7. Encerramento do Ano Letivo – palestrante a ser informado

**Público-alvo:** servidores, juízes e colaboradores da Justiça Eleitoral

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 15.000,00





## 3.2 Formação de Formadores

### 3.2.1 Formação de Formadores para Cidadania – eventos presenciais

**Público alvo:** servidores do TRE-RS que atuem ou venham a atuar como facilitadores internos (previsão de 22 servidores)

**Justificativa:** preparar servidores do TRE-RS para o desenvolvimento de ações de cidadania, direcionadas ao público externo, fomentando a participação político-eleitoral e difundindo conhecimentos para o exercício consciente dos Direitos Políticos.

**Modalidade:** presencial

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 60.000,00 (diárias e ressarcimento de despesas com deslocamento rodoviário para cerca de 22 servidores)

Primeira turma realizada em 10 e 11 de fevereiro de 2020 em Porto Alegre, turma de 30 servidores. Segunda turma no aguardo.



### 3.2.2. Formação de Formadores ENFAM (capacitação externa)

**Público alvo:** servidores da Escola Judiciária Eleitoral (4 servidores e 1 juiz)

**Justificativa:** certificar os servidores da Escola para que possam conduzir a formação de formadores no TRE-RS e a capacitação ser credenciada na ENFAM

**Modalidade:** EAD (Módulo 2) e presencial (Módulos 1 e 3)

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 16.500,00 (diárias e passagens aéreas)

### 3.2.3 Formação de Tutores e Conteudistas para EaD

**Público alvo:** servidores e requisitados do TRE-RS

**Justificativa:** necessidade de capacitar os servidores e requisitados para produção de conteúdos para cursos EaD, bem como para atuação como tutores de conteúdo para EaDs internos.

**Modalidade:** EAD (Docência Online) e presencial (Oficinas para Conteudistas e Tutores EaD)

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 5.000,00 (modalidade convite: apenas ressarcimento de despesas com deslocamento rodoviário. Instrutoria interna mediante horas de incentivo)





## 3.3 Cidadania

3.3.1 Aula inaugural: Professora e Doutora Mary del Priori fala sobre “O Brasil de Ontem e de Hoje: Educação, Cidadania e Política” - Evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher

**Data e local:** realizado no dia 09 de março de 2020 na Escola da Ajuris

**Carga horária:** 2 horas-aula

**Justificativa:** apresentar uma visão híbrida sobre o contexto político brasileiro, contribuindo para o fortalecimento da democracia e do exercício do voto.

**Custeio:** R\$ 10.516,94

3.3.2 Palestra comemorativa dos 10 anos da EJERS e Aniversário Justiça Eleitoral – 08 de junho de 2020 (adiado devido ao COVID19)

**Sugestão:** Cristina Buarque de Holanda – Joaquim Francisco de Assis Brasil – Uma antologia política

**Previsão de custeio estimado:** a modalidade de contratação prevista será a estipulada no caput do Art. 25 da Lei n. 8.666/93 com o valor aproximado de R\$ 15.000,00 (contratação, ressarcimento de despesas com deslocamento rodoviário e coffee break).





## 3.4 Ações educacionais obrigatórias

### 3.4.1 Treinamento em Prevenção e Combate a Incêndio

**Justificativa:** exigência legal para funcionamento dos prédios onde estão localizados Cartórios Eleitorais.

**Público-alvo:** servidores de Zonas Eleitorais do interior (cerca de 50 servidores)

**Modalidade:** por credenciamento

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 6.000,00

### 3.4.2 Reciclagem NR – 10 Básico. Segurança em instalações e serviços com eletricidade

**Justificativa:** normativos de segurança do trabalho que regulamentam o exercício de profissões que lidam com manutenção de instalações e serviços de eletricidade.

**Público-alvo:** 05 servidores da Secretaria de Administração

**Modalidade:** EAD

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 1.000,00



### 3.4.3 Capacitação para Agentes de Segurança

**Justificativa:** Lei 11.416/2006 – Gratificação por Encargo de Segurança – e Resolução TSE 22.595/2007 – necessidade de 30h de capacitação para manutenção da GAS.

**Público-alvo:** 04 servidores da Secretaria de Administração que atuam como agentes de segurança e 02 gestores

**Modalidade:** presencial ou EAD

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 4.000 (EAD)



## 3.5 Governança e Gestão

### 3.5.1 Capacitação para Gestores

**Justificativa:** Lei 11.416/2006, art. 4º, § 4º Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação; e § 5º A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União. e Resolução TSE 22.572/2007, art. 4º, III: III - proporcionar o envolvimento dos ocupantes de funções de natureza gerencial com o aprendizado, assegurando a realização de, pelo menos, 30 (trinta) horas de capacitação destinado à formação e ao desenvolvimento de gestores, a cada dois exercícios; 30h para servidores a cada biênio.

**Público-alvo:** gestores (Zonas Eleitorais, Chefes de Seção, Coordenadores, Assessores-Chefes, Secretários e Diretor-Geral)

**Modalidade:** presencial e EAD

**Previsão de custeio estimado:** Cartórios Eleitorais e Chefes de Seção: 234 – sem custos – EAD “Engajamento no Trabalho”; Coordenadores: 20 – EAD “Engajamento no Trabalho” e capacitação presencial - R\$ 12.000; Secretários e Assessores-Chefes: 14 – capacitação presencial em “Relações Amplamente Pedagógicas para Gestores”, com a Professora Dra. Acacia Zeneida Kuenzer – R\$ 13.500,00.



### 3.6 Outras demandas de capacitação

Nesta seção, são apresentadas as demandas de capacitação resultantes das etapas da metodologia descrita na segunda parte deste documento: capacitações transversais (temas levantados junto aos Secretários, Assessores e Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais, referendados pela Conselho Consultivo da Escola) e as capacitações específicas das unidades relativas aos processos de trabalho da cadeia de valor do Tribunal, cuja execução estará condicionada à criticidade e à disponibilidade orçamentária.



### 3.6.1 Capacitações Transversais

Da análise dos problemas apontados pelas Unidades do TRE-RS e Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais, foram elencados os seguintes temas que poderão desdobrar-se em ações de capacitação:

TEMA	INSTRUTORIA INTERNA	CONTRATAÇÃO
Liderança e Gestão	–	R\$ 25.500,00*
Business Intelligence ou Análise de dados:	R\$ 7.426,59(16h/a)	R\$ 25.000,00 (25 pessoas)
Comunicação Assertiva	--	R\$ 7.500,00 (12 pessoas) Em 2017: R\$ 11.000,00 p/ 2 turmas
Pensamento estratégico e visão sistêmica	--	R\$ 8.000,00
Planejamento de contratação (EAD STF)	Sem custo	Sem custo
Gestão e fiscalização de contratos	R\$ 11.467,50 (conteudistas 30h) R\$ 8.190,00 (tutoria 30h)	R\$ 3.600,00 (ENAP) R\$ 20.000,00 (mercado 20 pessoas)
Gestão Cartorária	R\$ 11.467,50 (conteudistas 30h) R\$ 8.190,00 (tutoria 30h)	Não se aplica
Plano de continuidade de Negócios para a Administração Pública(Gestão de Riscos)	--	R\$ 30.000,00 (25 pessoas)



Atendimento ao Público	--	R\$ 8.000,00
Cultura organizacional da segurança (Patrimônio e informação)	--	R\$ 5.000,00
Documentos Fiscais	Sem custo	Sem custo
Formação continuada em Direito Eleitoral, Processo Civil e Processo Penal	Será atendido no eixo jurídico-eleitoral	
Português Instrumental	--	R\$ 6.000,00 (para 50 alunos)
Contabilidade para não contadores e análise de balanços	--	R\$ 12,000 (EAD SENAI 50h para 330 servidores)
Prestação de Contas Partidária	Sem custo	--
Gestão por Processos (81 servidores no TRE com AQ)	R\$ 6.000,00 (conceudista) R\$ 4.000,00 (tutoria)	R\$ 1.920,00 ENAP EAD ENAP gratuito
Gestão da Rotina de Trabalho (organização do tempo)	--	R\$ 20.000,00 (50 participantes em 2017) R\$ 1.000,00 (ENAP) R\$ 10.000,00 (contratação externa – neurociência e produtividade TCU)
PJE	Sem custo	Sem custo (EAD pronto)
TOTAL	R\$ 56.741,59	R\$ 143.420,00

\* em que pese tenha sido apontada esta demanda, ela já estava contemplada nas ações previamente definidas pela Escola, como consta na seção 3.5 deste documento.

Os valores foram estimados a partir do histórico de contratações, bem como de breve pesquisa no mercado, considerando o cenário de maior preço, logo, é possível que o investimento seja menor do que o previsto.



### 3.6.2 Capacitações Específicas para as Unidades

As necessidades específicas de cada unidade podem ser originadas da avaliação de desempenho por competências, ou por conta de mudanças de legislação, ou lotação de novo funcionário na equipe, entre outros. Os resultados estão apresentados no Anexo deste Plano, categorizados por área de conhecimento, a saber:

- **Gestão:** contempla capacitações sobre processos de trabalho específicos das unidades (orçamento, gestão de pessoas, auditoria...) e desenvolvimento de competências gerenciais;
- **Direito:** inclui demandas relacionadas à prestação jurisdicional eleitoral, bem como as de Direito Administrativo que dão suporte aos processos de trabalho (legislação de pessoal, licitações...);
- **Responsabilidade Social:** capacitações sobre sustentabilidade, acessibilidade;
- **Atendimento e Comunicação:** contempla necessidades relacionadas à habilidades de comunicação oral e escrita;
- **Gestão do Conhecimento:** relacionadas à aprendizagem e gestão da informação;
- **Tecnologia da Informação:** capacitações necessárias para operacionalizar softwares e hardwares;

Destaca-se que as capacitações específicas serão atendidas somente se houver disponibilidade orçamentária. Para tanto, pretende-se contatar cada unidade, buscando-se esclarecer a demanda apresentada e propondo o projeto de atendimento daquela necessidade, com estimativa de custos, para então submetê-la ao Conselho Consultivo.



### 3.7 Plano Anual de Trabalho e impacto orçamentário

A partir das informações expostas, apresenta-se a síntese do impacto orçamentário das ações já mapeadas:

<b>Recurso Orçamentário: CAPEJE</b>	<b>Custeio</b>
Aperfeiçoamento Jurídico-eleitoral	R\$ 88.500,00
Formação de Formadores	R\$ 81.500,00
Cidadania	R\$ 31.000,00
Governança e Gestão	R\$ 27.500,00
Ações Educacionais Obrigatórias	R\$ 11.000,00
Capacitações Transversais	R\$ 143.420,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 459.024,80</b>
<b>Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida (SGP)*</b>	R\$48.000,00
<b>Total para Capacitação</b>	<b>R\$ 429.878,11</b>
Total Disponível CAPEJE	R\$ 561.132,00
Saldo	R\$ R\$ 131.253,89

\* Parte dos recursos orçamentários da EJERS será utilizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, para promover ações voltadas ao desenvolvimento humano, isto é, que impactam indiretamente no desempenho dos processos de trabalho, mas que são relevantes para a instituição, estando alinhadas com o objetivo estratégico de "Promover o engajamento dos servidores". O saldo será destinado pra atender as necessidades específicas das unidades.



## 4. Ações de capacitação relativas ao processo eleitoral

As ações aqui apresentadas estão condicionadas às definições quanto ao adiamento ou não das eleições, que depende de Emenda Constitucional. Por hora, a Escola está trabalhando com a estratégia de migrar a maior parte dos treinamentos e eventos para a plataforma de educação a distância, entretanto, foram mantidos os valores estimados de custeio, para o caso das ações poderem ser realizadas presencialmente.

### 4.1 Encontro de Estudos da Justiça Eleitoral – Eleições Municipais de 2020

**Data e Local:** 18 e 19 de maio 2020, em Bento Gonçalves-RS – Cancelado devido à Pandemia COVID19 – proposta para um webinar.

**Justificativa:** planejar as próximas eleições junto aos principais atores do processo eleitoral, com o objetivo de compartilhar o planejamento para as Eleições 2020 e orientar os servidores sobre temas críticos (165 servidores e 165 magistrados)

**Modalidade:** presencial – Com o avanço do Covid19 proposta de webinar.

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 317.631,82 (reservado para diárias e ressarcimento de despesas com deslocamento rodoviário para Membros do Pleno, magistrados eleitorais e Chefes de Cartórios, além da curadoria pedagógica). \*\*\*\*\*Não contempla: diárias de palestrantes e outros convidados, diárias de secretários, se convidados, transporte dos membros do pleno, passagens de palestrantes etc, informações estas pendentes de definição pela Alta Administração do Tribunal junto à Diretoria da EJERS). Com o Webinar os custos não persistirão.





## 4.2 Processo de Registro de Candidatura e Horário Eleitoral

**Objetivo:** capacitar servidores dos Cartórios Eleitorais para conduzirem os processos de registros de candidaturas, bem como realizarem os procedimentos relativos aos sistemas informatizados.

**Público-alvo:** servidores de Zonas Eleitorais do interior (cerca de 139 servidores).

**Modalidade:** presencial – deve ser EAD (pandemia Covid19)

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 171.853,42

## 4.3 Treinamento em Sistemas Eleitorais

**Objetivo:** capacitar servidores dos Cartórios Eleitorais para realizarem os procedimentos de sistemas de geração de mídias, carga de urnas eletrônicas, apuração e totalização dos dados (cerca de 165 servidores).

**Modalidade:** presencial, deve ser EAD (pandemia Covid19)

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 200.000,00



#### 4.4. Formação de Multiplicadores para Treinamentos de Mesários

**Objetivo:** capacitar servidores dos Cartórios Eleitorais para conduzirem o treinamento de mesários em seus municípios (cerca de 165 servidores).

**Modalidade:** EAD do TSE e presencial

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 100.000,00

#### 4.5 Prestação de Contas Eleitorais

**Objetivo:** habilitar servidores dos Cartórios Eleitorais para realizarem a análise das contas eleitorais. (cerca de 139 servidores)

**Modalidade:** EAD do TSE e presencial

**Previsão de custeio estimado:** R\$ 171.853,42



#### 4.6 Grupos de Estudos das Resoluções Eleitorais Aplicáveis às eleições 2020

**Justificativa:** Com as profundas mudanças ocorridas no arcabouço jurídico positivo afeto às normas eleitorais, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral criadas para as eleições se tornaram verdadeiro refúgio, por meio das quais, o Tribunal vem tentando garantir segurança jurídica ao integrar no texto desses regulamentos os precedentes da Corte. Com isso, o estudo dessas normas ganhou fundamental importância para adequada atuação dos magistrados, servidores, e demais operadores do Direito Eleitoral.

Pensando nisso, a Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul criou grupos de estudos específicos para análise de cada uma das resoluções aplicáveis às eleições de 2020, com o objetivo de retirar reflexões sobre quais seriam os principais desafios para o trabalho institucional do TRE-RS direcionado à realização do próximo pleito que se avizinha.

**Público-alvo:** servidores da Justiça Eleitoral lotados na sede, mas aberta à participação dos interessados lotados nas Zonas Eleitorais, desde que sem custo para a administração.

**Previsão de Custos:** Sem custos diretos envolvidos.





<b>Recurso Orçamentário: Eleições</b>	<b>Custeio</b>
Encontro Preparatório Magistrados e Servidores	R\$ 317.631,82
Treinamentos	R\$ 643.166,84
Total	R\$ 946.798,66
Total disponível R\$ 904.636,00(servidores) + R\$ 194.437,50(magistrados)	R\$ 1.099.073,50
Saldo	R\$ 137.888,84





## 5. Programas institucionais voltados para a cidadania

### 5.1 Visita ao TRE-RS

**Público alvo:** estudantes e toda a sociedade

**Objetivo:** Aproximar a sociedade de a Justiça Eleitoral gaúcha (além da visita à sede do TRE, incluir os Cartórios Eleitorais)

**Justificativa:** promover a imagem da Justiça Eleitoral, reforçando suas competências e papel institucional para o exercício dos direitos políticos.

**Previsão de custeio estimado:** sem custo.

### 5.2 Lideranças do Futuro: eleitores do futuro

**Público-alvo:** estudantes até 16 anos

**Objetivo:** preparar os jovens eleitores para serem atores políticos ativos no processo eleitoral, por meio de palestras da EJERS, bem como realizando eleições simuladas/parametrizadas, em escolas e instituições que atendem crianças e jovens.

**Justificativa:** conscientizar crianças e jovens sobre o processo eleitoral e a importância do exercício dos direitos políticos.

**Previsão de custeio estimado:** sem custo.



### 5.3 Curso de Extensão em Direito Eleitoral para Universitários

**Público alvo:** universitários a partir do quinto período do curso de Direito, com turmas entre 35 e 50 alunos. Turmas manhã e noite.

**Objetivo específico:** apresentar aos universitários do curso de Direito os atrativos da área eleitoral, ensinando-os sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral, as regras para o registro de candidaturas, propaganda eleitoral, crimes e ações eleitorais, entre outros temas de relevância para a área.

**Objetivo geral:** Como trabalho de conclusão de curso, a apresentação de um vídeo a ser postado em suas redes sociais sobre tema abordado no curso, preferencialmente sobre os aspectos voltados ao exercício da cidadania. Os vídeos postados pelos alunos passarão pela análise de uma comissão da EJERS para que sejam referenciados nos canais oficiais da Escola, potencializando-se o alcance dos nossos projetos institucionais.

**Justificativa:** A disciplina de Direito Eleitoral vem sendo ignorada pela academia há bastante tempo. Na grande maioria das universidades tal disciplina não é oferecida nem mesmo como optativa. É essa negligência que a EJERS pretende sanar no Rio Grande do Sul.

**Previsão de Custo Estimado:** Instrutoria interna concedida aos assessores e facilitadores designados mediante horas de incentivo. Curso de 20 a 24 horas de duração, finalizando em uma semana, com participação de até 6 facilitadores voluntários do próprio Tribunal. Quatro turmas anuais. Duas a cada semestre.



#### 5.4 Programa do TSE para a Semana do Jovem Eleitor

**Público alvo:** Jovens entre 15 e 18 anos cujo alistamento e voto sejam facultativos.

**Objetivo:** aumentar o alistamento eleitoral entre essa faixa etária, uma vez que, conforme dados do TSE, apenas 10% dos jovens nesta idade são eleitores no Rio Grande do Sul.

**Justificativa:** A Semana do Jovem Eleitor é uma iniciativa da Corregedoria Nacional e o seu enfoque é o alistamento eleitoral. Via de regra, os Cartórios Eleitorais são instados a oferecer atendimento preferencial a este público ao longo desta semana. O TSE daria início a uma campanha publicitária em março de 2020, com o avanço da Pandemia Covid19, foi suspenso. O papel das Escolas Judiciárias Eleitorais é o de, na medida do possível, inserir nas suas atividades de cidadania o lembrete para a importância do alistamento eleitoral e ressaltar que todo o mês de março é dedicado a este tema (a Semana em si é apenas o apogeu deste movimento).

**Data:** 16 de março de 2020 - Cancelado devido ao avanço do Covid19.

**Previsão de Custeio:** O evento será planejado para uma ação conjunta entre todos os facilitadores já formados pela EJERS, para que em todo Estado, onde possível, sejam realizados eventos com essa temática.





## 6. Pesquisa e produção científica

A EJERS é responsável pela produção, editoração e publicação da revista do TRE-RS, que reúne produção científica em temas de interesse da Justiça Eleitoral. São produzidos dois números da revista por ano, sendo selecionados em torno de 20 artigos de produção acadêmica. Não há dotação orçamentária específica para este eixo, porque não são previstos gastos diretamente ligados ao eixo.

## 7. Metas e acompanhamento da execução do plano

Considerando a nova estrutura e a nova equipe, a principal meta da EJERS – além das relacionadas aos objetivos estratégicos – é ampliar as demandas estratégicas (isto é, induzidas, planejadas previamente e de maior alcance na instituição) para cerca de 60% do total de ações de capacitação, permitindo que as demandas espontâneas (mais específicas de cada unidade) fiquem na margem de 40%. Como é a primeira vez que se trabalha neste formato, a meta estabelecida é mais conservadora.

Também há como meta a otimização dos recursos orçamentários, cada vez mais escassos. Neste sentido e alinhado com a meta já descrita, priorizar-se-ão as ações de capacitação que podem ser realizadas na modalidade in company, customizadas para o Tribunal, assim como aquelas que atenderão um maior número de servidores. A EJERS tem investido na plataforma de educação a distância, bem como em parcerias com outras instituições (Escola Nacional de Administração Pública, Escola Judicial do TRT 4ª Região e do TRF 4ª Região, Escola da Advocacia Geral da União, Tribunal de Contas do Estrado do Rio Grande do Sul), buscando maior economicidade e eficiência com os recursos disponíveis.





Em observação à Resolução TSE n. 22.572/2007 e em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o relatório de gestão, também serão acompanhados os seguintes indicadores:

- a) execução orçamentária/investimento total efetuado;
- b) número de ações ofertadas;
- c) número total de participações nas ações de capacitação;
- d) número total de servidores capacitados;
- e) número total de servidores capacitados por unidade administrativa;
- f) investimento total efetuado em cada unidade administrativa;
- g) média dos investimentos efetuados por treinando e por unidade administrativa;
- h) satisfação dos servidores com as capacitações oportunizadas.

Ao final do exercício financeiro, será elaborado relatório específico em que constarão estas informações e outras que possam ser consideradas pertinentes.



## ANEXO – DEMANDAS DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICAS DAS UNIDADES

### ÁREA DE CONHECIMENTO: GESTÃO: GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO

- Documentos fiscais para análise de Contas
- Retenções Tributárias e obrigações acessórias para sociedade sem fins lucrativos
- Auditoria Financeira com utilização do SIAFI
- Auditoria Baseada em Risco – Etapa III – Resposta Ao Risco em Auditoria
- Forum ou Congresso de Secretários de Administração (ex. CONSAD)
- Gestão de Projetos
- Básico de Telecomunicações/Sistemas de telefonia
- Gerenciamento de riscos
- Ferramentas de Qualidade da Gestão Pública
- Elaboração de Planilhas de Orçamento de Obras
- Normativas ANEEL – Energia Elétrica
- PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio.
- Planilhas de serviços continuados
- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – Interpretação da ABNT NBR 9050:2015
- Gestão em locações de imóveis
- Atualização em gestão de serviços terceirizados
- Acessibilidade Aplicada Novas NBR 9050/2015 e 16537/2016
- Comunicação não-violenta/Mediação de conflitos
- Gartner (Security, Data Center Summit e Symposium)
- Gestão do Clima Organizacional
- Desdobramento da Estratégia
- Conformidade de Registro de Gestão
- SIAFI Operacional
- Facilitação de Círculos de Construção
- Inteligência Emocional no Trabalho
- Gestão estratégica de pessoas (Congressos de gestão de pessoas e cursos)
- Ergonomia da Atividade e Qualidade de Vida no Trabalho
- Encontro Internacional Sobre o Trabalho
- Curso de Perícia Oficial Administrativa em Saúde no Serviço Público baseado no manual SIASS
- Gerenciamento de equipes

## ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

- Cumprimento de sentença e processo de execução
- Nova Lei de Licitações
- Licitações e contratos administrativos à luz das Decisões/Acórdãos dos Órgãos de Controle e pontos polêmicos
- Noções gerais de licitações e contratos
- Licitações Sustentáveis
- Pregão Eletrônico e o novo Decreto n. 10.024/2019
- Contratações públicas - licitação, dispensa E inexigibilidade
- Curso de legislação de pessoal - Lei nº 8.112/90
- Previdências dos Servidores Públicos Federais – aposentadorias e pensões
- Reforma da Previdência e Previdência Complementar
- Elaboração de Editais, Termos de Referência e Projetos Básicos
- Treinamento no Sistema ASI
- Formação e atualização de pregoeiros e membros Da equipe de apoio - art. 16, § 3º do Decreto n. 10.024/2019
- Cálculos Trabalhistas/Legislação do Trabalho
- Gestão e Fiscalização Obras e Serviços de Engenharia
- Crimes eleitorais e conexos (aspectos penais e processuais)
- Reforma Administrativa e Lei n. 8.112/1990

## ÁREA DE CONHECIMENTO: RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Fontes de energia renovável – Energia fotovoltaica Cursos, seminários, congressos, etc
- Capacitação em temas de Sustentabilidade

## ÁREA DE CONHECIMENTO: GESTÃO DO CONHECIMENTO

- Planejamento, implementação e gestão de Repositórios Digitais utilizando Dspace - EAD
- Indexação das fontes de informação jurídica: Legislação, doutrina, jurisprudência – EAD





## ÁREA DE CONHECIMENTO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Persistência em PHP – Alura – EAD
- PHP API – Alura – EAD
- Boas Práticas em PHP – Alura – EAD
- Machine Learning – Alura – EAD
- Java – Alura – EAD
- Java para Web – Alura – EAD
- Java e Persistência – Alura – EAD
- Boas práticas em Java – Alura – EAD
- Java API – Alura – EAD
- Capacitação para utilização da solução Suse Ceph Storage
- Autocad 3D - uso da ferramenta de projetos, plantas e Croquis, utilizados na elaboração dos TR
- Planilhas (Calc)
- SQL Básico, Intermediário e Avançado
- Containers – Alura – EAD
- Redes – Alura – EAD
- Ruby – Alura – EAD
- PHP – Alura – EAD
- PHP para web – Alura – EAD
- Adobe InDesign
- ITIL
- Inovações do ambiente MOODLE
- Inteligência Artificial
- Governança de TIC
- Ferramentas SALT Stack
- Administração Linux
- Administração Windows Server
- Ferramenta ANSIBLE
- Ferramenta Terraform
- Gestão de Vulnerabilidades
- Congresso Agile Trends 2020
- Congresso The Developer's Conference
- Congresso Ruby Conf 2020
- Rails Full Stack
- Trilhas Devops – 4Linux – EAD
- Formação Linux Administrador – 4Linux – EAD
- Formação Linux Fast Track – 4Linux – EAD
- Capacitação em Administração PostgreSQL com Alta Performance Online – 40h – 4Linux – EAD
- Capacitação Builds e Controle de versão – Alura – EAD
- Entrega Contínua – Alura – EAD
- Linux – Alura – EAD



